

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.308.210 - PR (2018/0141134-0)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : BANCO ITAUCARD S.A.**  
**ADVOGADOS : EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS - PR024498**  
**CARLOS ALBERTO NEPOMUCENO FILHO - PR029774**  
**AGRAVADO : SERGIO LUIZ CORDEIRO FERREIRA**  
**AGRAVADO : SUMAIA ANDRAUS**  
**AGRAVADO : IRINEU APARECIDA LOURENÇO DE SOUZA**  
**AGRAVADO : MARIA LUCIA BORGES DA SILVA**  
**AGRAVADO : ZILDA BRUM GOMES**  
**AGRAVADO : PEDRINA ELIAS PEREIRA**  
**AGRAVADO : RUBENS JONRAL**  
**AGRAVADO : DIOMIRA DE JESUS AZEVEDO SERIGATI**  
**AGRAVADO : EUGENIA IZYCKI SOCZEK**  
**AGRAVADO : ARTHUR KRUGER**  
**ADVOGADOS : ADRIANO CARLOS SOUZA VALE - PR031379**  
**ANDRÉ LUIZ SOUZA VALE - PR040192**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo, interposto por BANCO ITAUCARD S.A., em face de decisão que não admitiu recurso especial.

O apelo extremo, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, foi manejado no intuito de reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA N.º 38.765/98 MOVIDA PELA APADECO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA. RECURSO REPETITIVO. MANUTENÇÃO DA R. SENTENÇA. RECURSO ADESIVO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. NÃO -PROVIMENTO.

"No âmbito do Direito Privado, é de cinco anos o prazo prescricional para ajuizamento da execução individual de sentença proferida em Ação Civil Pública" (STJ. REsp n.º 1.273.643/PR - Recurso Repetitivo -, com trânsito em julgado na data de 13.08.14).

Não comporta provimento o recurso adesivo para a majoração dos honorários advocatícios fixados em consonância com os preceitos do art.20, § 3º e 4º, do CPC/73.

RECURSOS NÃO PROVIDOS.

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação, pelo aresto estadual, ao artigo 20, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil de 1973. Sustenta, em suma, que é devida a majoração dos honorários advocatícios, porquanto irrisórios.

Contrarrazões às fls. 331-334, e-STJ.

Após decisão de inadmissão do recurso especial, foi manejado o agravo de fls. 341-350, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

**A irresignação recursal não merece provimento.**

**1.** No que tange ao arbitramento dos honorários advocatícios, assevera a Corte de origem (fls. 344/345, e-STJ):

Daí que analisando o valor fixado para a hipótese em exame (R\$500,00, pág.219), a qual se submete às disposições do Código Civil de 1973, é forçoso concluir que tal valor está em sintonia com o disposto no artigo 20, § 4º, do referido código de 73, levando-se em conta, ainda, as alíneas "a" e "c" do § 3º, da mesma Lei, montante condizente e adequado ao caso dos autos **onde a alegação de prescrição foi ventilada em ações em massa, até mesmo por simples petições, dispensada a dilação probatória, e definida, como visto, em sede de recurso repetitivo, quantia essa que no caso concreto remunera condignamente os procuradores da instituição financeira, sem que se cogite de aviltamento da profissão do advogado.**

Nesse contexto, no que se refere à reforma do valor dos honorários advocatícios arbitrado pelo critério da equidade, em sede de recurso especial, apenas é possível afastar o óbice da súmula 7 do STJ, excepcionalmente, quando houver inobservância do postulado da proporcionalidade, isto é, quando a quantia se revelar exorbitante ou irrisória, o que não ocorre no caso, já que dadas as peculiaridades das circunstâncias fáticas da causa, delineadas no acórdão recorrido - **ação de massa, singeleza da matéria e desnecessidade de dilação probatória** -, não se mostra irrisório o valor fixado em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. ALEGAÇÃO DE AFRONTA AO ART. 500 DO CPC. PRECLUSÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. ALTERAÇÃO DO VALOR DA VERBA HONORÁRIA. REAPRECIACÃO DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

[...]

IV. No caso, arbitrados os honorários de advogado em R\$ 2.000,00, pelo Tribunal a quo, de acordo com os critérios legais e em face das peculiaridades fáticas da demanda, a análise quanto ao acerto de sua fundamentação demandaria o reexame do conteúdo fático-probatório dos autos, o que encontra óbice no enunciado da Súmula 7 do STJ ("a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

V. Consoante a jurisprudência, "ressalvadas as hipóteses de imposição de honorários em patamar exorbitante ou irrisório em relação à complexidade ou valor da demanda, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de não ser cabível, em sede de recurso especial, rever o montante arbitrado à luz dos critérios de equidade previstos no § 3º do art. 20 do CPC, sob pena de incidência no óbice da Súmula 7/STJ" (STJ, AgRg no REsp 926.527/GO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de

18/06/2012). No mesmo sentido: "Fixada a verba honorária com base na equidade, com base no disposto nas alíneas 'a', 'b' e 'c' do § 3º do art. 20 do CPC, não cabe a este Tribunal reapreciar o valor ou percentual fixado a título de honorários advocatícios, sob pena de ofensa ao disposto na Súmula nº 7 desta colenda Corte" (STJ, AgRg no REsp 833.779/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe de 13/09/2010).

VI. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 561.870/PE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/10/2014, DJe 31/10/2014)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA DEMANDADA.

1. Não há falar em aplicação do art. 85, § 2º, do CPC/15 quando a sentença foi prolatada na vigência do antigo diploma processual civil, sendo imperativa a observância das regras previstas no art.

20, § 3º e § 4º, do CPC/73. Precedentes do STJ.

2. Ressalvadas as hipóteses de notória exorbitância ou manifesta insignificância, os honorários advocatícios fixados por critério de equidade não se submetem a controle por via de recurso especial, pois demandaria reexame de matéria fática, providência esta vedada a esta Corte, em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1351780/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 17/02/2020, DJe 20/02/2020)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA EM AÇÃO COLETIVA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MODIFICAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não há, no aresto hostilizado, elementos que demonstrem qualquer violação daquilo que prevê a Lei Adjetiva Civil no tocante à fixação da verba honorária.

2. O reexame dos critérios fáticos, sopesados de forma equitativa e levados em consideração pelas instâncias ordinárias para fixar os honorários advocatícios, em princípio, é inviável em sede de recurso especial (enunciado sumular n. 7 do STJ), salvo em situações em que o valor arbitrado, a considerar as peculiaridades do caso, encerre flagrante irrisoriedade ou exorbitância, o que não se evidencia no caso concreto.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1345247/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/04/2019, DJe 23/05/2019)

2. Do exposto, com fulcro no art. 932 do NCPC c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao reclamo.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator